

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.407 - SP (2019/0064884-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : KATIA ELISA PINTO
AGRAVANTE : IDALINA MARIA PINTO
ADVOGADO : SÉRGIO PARRA MIGUEL E OUTRO(S) - SP204864
AGRAVADO : SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S) - SP273843

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **INSURGÊNCIA MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC**. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. PLANO DE SAÚDE. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIS, OBSERVADO O TRIÊNIO QUE ANTECEDEU O AJUIZAMENTO DA DEMANDA. SÚMULA Nº 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

KATIA ELISA PINTO e IDALINA MARIA PINTO (KATIA e IDALINA) ajuizaram ação declaratória cumulada com repetição de indébito contra SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A. (SUL AMÉRICA).

O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos (e-STJ, fls. 265/267).

Inconformada, SUL AMÉRICA apelou.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento ao apelo nos termos da seguinte ementa:

PLANO DE SAÚDE – Revisão de contrato – Reajuste por faixa etária das parcelas do prêmio do plano de saúde após os 60 anos de idade – Distinção entre contratos celebrados anteriormente e posteriormente à Lei 9.656/98 tornou-se irrelevante – Irrelevância, também, do implemento de condição suspensiva de completar 60 anos antes ou depois da vigência do Estatuto do Idoso – Entendimento superado pelo STJ – Vedação, em qualquer caso, de reajuste por faixa etária após atingida a idade de 60 anos – Prescrição decenal – Dever da operadora de restituir os valores

Superior Tribunal de Justiça

indevidamente exigidos a partir do ajuizamento da ação – Recurso parcialmente provido (e-STJ, fl. 359 - Sem destaque no original).

Irresignadas, KATIA e IDALINA manejaram recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de divergência interpretativa, ofensa aos arts. 166, VII, 169 e 402, todos do CC/02, ao sustentarem que a devolução dos valores cobrados a mais, em virtude do aumento declarado nulo, deve abranger tudo *aquilo que efetivamente se perdeu, ou seja, todos os valores pagos a maior antes da propositura da demanda* (e-STJ, fls. 374/384).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 408/436).

O apelo nobre foi admitido na origem (e-STJ, fls. 526/528).

Em decisão monocrática de minha lavra, foi determinado o retorno dos autos ao TJSP nos termos do seguinte sumário:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO NCPC. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA. MATÉRIA AFETADA SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS (PROAFR NO RESP Nº 1.716.113/DF, REL. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO). SUSPENSÃO DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM (e-STJ, fl. 536).

Nas razões do presente agravo interno, KATIA e IDALINA defenderam que *a questão a ser decidida neste processo e aquela a ser julgada no recurso especial afetado são distintas, pois a delimitação da controvérsia do recurso afetado, diz respeito à validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária, enquanto que neste recurso discute-se o apenas o prazo para repetição de indébito da pretensão condenatória dos reajustes indevidos* (e-STJ, fls. 541/546).

A impugnação foi apresentada (e-STJ, fls. 547/559).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

O inconformismo manifestado por KATIA e IDALINA merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Considerando as alegações apresentadas por KATIA e IDALINA, especialmente porque a matéria tratada em seu apelo nobre diz respeito unicamente a pretensão condenatória dos reajustes tidos por abusivos, reconsidero a decisão agravada e passo ao novo exame do seu recurso especial.

Da alegada ofensa aos arts. 166, VII, 169 e 402, todos do CC/02

Inicialmente, as normas tidas por ofendidas foram prequestionadas e a análise do presente apelo nobre não demanda o reexame fático-probatório, pois o cerne da questão é definir se a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste inserta em contrato de assistência à saúde deve, ou não, abranger o período que antecedeu o ajuizamento da ação.

Na espécie, o Tribunal paulista assentou que somente os valores pagos a mais após o ajuizamento da demanda poderiam ser devolvidos, com base nesses fundamentos:

Deve ser observada, ainda, a prescrição decenal no presente caso. Isto porque, ao contrário do sustentado pela apelante, aos contratos de plano de saúde não são aplicáveis as regras de prescrição pertinentes aos contratos de seguro.

Contudo, embora seja aplicável a prescrição decenal à

Superior Tribunal de Justiça

espécie, é devida a devolução dos valores pagos a maior apenas a partir da propositura da ação e, nesse ponto, a sentença de primeiro grau merece pequeno reparo.

Isso porque esta Colenda Câmara de Direito Privado pacificou entendimento no sentido de que o beneficiário só faz jus ao recebimento das quantias pagas a maior a partir da data da propositura da ação.

Nesta conformidade, o Desembargador Alexandre Lazzarini, no julgamento da apelação cível nº 0018034-09.2011.8.26.0590, assim se pronunciou a respeito da questão: “A devolução dos valores deve ser na forma simples, ante a ausência de má-fé, sempre a partir da propositura da ação”.

A restituição, portanto, deve se dar a partir da data da distribuição da ação, pois se entende que até então o autor anuiu com o pagamento das mensalidades do plano de saúde nos valores cobrados. Não há que se cogitar de erro, pois a cláusula de reajuste por faixa etária era de pleno conhecimento do demandante.

Assim, somente no instante em que as requerentes revelaram inconformismo com a cláusula contratual de reajuste tal como estabelecida, e questionaram os valores exigidos pela operadora de saúde, é que se pode falar em cobrança indevida por parte da ré.

Sendo assim, de rigor a condenação da requerida ao reembolso dos valores pagos indevidamente somente a partir da data da propositura da ação (e-STJ, fls. 362/363 - sem destaques no original).

Verifica-se que o aresto atacado destoa do entendimento desta Casa, segundo o qual a pretensão de repetição do indébito deve abranger o período que antecedeu o ajuizamento da ação, sendo aplicável ao caso o prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, IV, do CC/02, ou seja, o prazo prescricional trienal, devendo ser restituídos os valores indevidamente pagos que compreendam as mensalidades do triênio anterior à propositura da demanda.

Isso porque a Segunda Seção desta Corte, concluindo o julgamento de recursos especiais repetitivos, REsp nºs 1.361.182/RS e 1.360.969/RS, assentou o entendimento de que, (i) na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206,

Superior Tribunal de Justiça

§ 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002; e (ii) a **pretensão de repetição do indébito deve abranger o período que antecedeu o ajuizamento da ação.**

Veja-se, a propósito, no que interesse à celeuma agora analisada, a ementa dos precedentes em referência:

1. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CIVIL. CONTRATO DE PLANO OU SEGURO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. PRETENSÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA DE REAJUSTE. ALEGADO CARÁTER ABUSIVO. CUMULAÇÃO COM PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. EFEITO FINANCEIRO DO PROVIMENTO JUDICIAL. AÇÃO AJUIZADA AINDA NA VIGÊNCIA DO CONTRATO. NATUREZA CONTINUATIVA DA RELAÇÃO JURÍDICA. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRETENSÃO FUNDADA NO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 2. CASO CONCRETO: ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO CONVERGE COM A TESE FIRMADA NO REPETITIVO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO ÂNUA PREVISTA NO ART. 206, § 1º, II DO CC/2002. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em se tratando de ação em que o autor, ainda durante a vigência do contrato, pretende, no âmbito de relação de trato sucessivo, o reconhecimento do caráter abusivo de cláusula contratual com a consequente restituição dos valores pagos indevidamente, torna-se despicienda a discussão acerca de ser caso de nulidade absoluta do negócio jurídico - com provimento jurisdicional de natureza declaratória pura, o que levaria à imprescritibilidade da pretensão - ou de nulidade relativa - com provimento jurisdicional de natureza constitutiva negativa, o que atrairia os prazos de decadência, cujo início da contagem, contudo, dependeria da conclusão do contrato (CC/2002, art. 179). Isso porque a pretensão última desse tipo de demanda, partindo-se da premissa de ser a cláusula contratual abusiva ou ilegal, é de natureza condenatória, fundada no ressarcimento de pagamento indevido, sendo, pois, alcançável pela prescrição. Então, estando o contrato ainda em curso, esta pretensão condenatória, prescritível, é que deve nortear a análise do prazo aplicável para a perseguição dos efeitos financeiros

Superior Tribunal de Justiça

decorrentes da invalidade do contrato.

2. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não estiver sendo negado o próprio fundo de direito, pode o contratante, durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, requerer a revisão de cláusula contratual que considere abusiva ou ilegal, seja com base em nulidade absoluta ou relativa. Porém, sua pretensão condenatória de repetição do indébito terá que se sujeitar à prescrição das parcelas vencidas no período anterior à data da propositura da ação, conforme o prazo prescricional aplicável.

3. Cuidando-se de pretensão de nulidade de cláusula de reajuste prevista em contrato de plano ou seguro de assistência à saúde ainda vigente, com a consequente repetição do indébito, a ação ajuizada está fundada no enriquecimento sem causa e, por isso, o prazo prescricional é o trienal de que trata o art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002.

(...)

9. A pretensão de repetição do indébito somente se refere às prestações pagas a maior no período de três anos compreendidos no interregno anterior à data do ajuizamento da ação (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002; art. 219, caput e § 1º, CPC/1973; art. 240, § 1º, do CPC/2015).

10. Para os efeitos do julgamento do recurso especial repetitivo, fixa-se a seguinte tese: Na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002.

11. Caso concreto: Recurso especial interposto por Unimed Nordeste RS Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda. a que se nega provimento.

(REsp 1.361.182/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Segunda Seção, DJe 19/9/2016 - Sem destaques no original)

Vejam-se, ademais, outros julgados pertinentes ao tema:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. DEVOLOUÇÃO DE VALORES. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CC. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando não

estiver sendo negado o próprio fundo de direito, pode o contratante, durante a vigência do contrato, a qualquer tempo, requerer a revisão de cláusula contratual que considere abusiva ou ilegal, seja com base em nulidade absoluta ou relativa. Contudo, sua pretensão condenatória de repetição do indébito terá que se sujeitar à prescrição das parcelas vencidas no período anterior à data da propositura da ação, conforme o prazo prescricional aplicável, o qual, na espécie, será de 3 (três) anos, previsto no art. 206, § 3º, IV, do CC.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.715.799/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 28/8/2018, DJe 3/9/2018 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTE DE MENSALIDADE. MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. PRESCRIÇÃO TRIENAL.

1. Não se constitui provimento extra petita quando o órgão julgador aprecia a pretensão com base na interpretação lógico-sistemática das questões apresentadas nas razões recursais.

2. Na vigência dos contratos de plano de saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.551.527/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018 - sem destaques no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DE MENSALIDADE EM RAZÃO DA MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. CARÁTER ABUSIVO DA CLÁUSULA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA SUBMETIDA A RECURSO REPETITIVO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CC/2002. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO SOB PENA DE INDEVIDA REFORMATIO IN PEJUS. ALEGADA SUPRESSIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. DECISÃO MANTIDA.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

2. A Segunda Seção desta Corte, na sessão de 10 de agosto de 2016, concluindo o julgamento de recursos especiais repetitivos (REsp's nºs 1.361.182/RS e 1.360.969/RS), firmou a tese de que, na vigência dos contratos de plano ou de seguro de assistência à saúde, a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste nele prevista prescreve em 20 anos (art. 177 do CC/1916) ou em 3 anos (art. 206, § 3º, IV, do CC/2002), observada a regra de transição do art. 2.028 do CC/2002. Desse modo, nos termos da atual jurisprudência deste Tribunal Superior, é aplicável ao caso o prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, IV, do CC/02, compreendido no interregno anterior à data do ajuizamento da ação, para a pretensão de restituição dos valores pagos indevidamente em decorrência de cláusula abusiva constante de contrato de plano de saúde que determina reajuste das mensalidades de acordo com a mudança de faixa etária.

(...)

7. Agravo interno não provido, com imposição de multa e majoração da verba honorária.

(AgInt no REsp 1.608.766/SP, minha relatoria, Terceira Turma, DJe 15/3/2017 - sem destaques no original)

Assim, por discrepar do entendimento perfilhado no Superior Tribunal de Justiça, o acórdão recorrido deve ser reformado, nesse ponto.

Inafastável, no caso em tela, a incidência da Súmula nº 568 do STJ, ao preceituar que *O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema* (Corte Especial, DJe 17/3/2016).

Nessas condições, **CONHEÇO** do recurso especial e **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO** para determinar a devolução dos valores pagos a maior, em virtude do reajuste declarado abusivo, correspondentes às mensalidades do triênio que antecedeu a propositura da demanda.

Publique-se.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

